

1 Introdução

Dizei-me: de que pode falar um homem decente,
com o máximo de prazer?

Resposta: de si mesmo.

Então, também vou falar de mim.

(Fiódor Dostoiévski, Memórias do Subsolo)

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa a análise da memória da luta armada através do cinema produzido no Brasil a partir do fim da ditadura, anunciado em 1979 com a Anistia. Como vem sendo construída esta memória nas últimas décadas? Quais os *lugares*¹ privilegiados de construção e articulação desta memória? Que sentimentos funcionam como verdadeiros filtros desta memória, selecionando, priorizando e motivando o que pode e o que não pode, o que quer e o que não quer ser lembrado / esquecido?

Qualquer memória, seja individual ou coletiva, irá irremediavelmente lidar com o contínuo e o descontínuo, vitórias e derrotas, força e fraqueza, virtudes e defeitos. É esta dualidade intrínseca a memória que a torna complexa e capaz de abarcar temas conflitantes como o são os terrenos do afeto e do político. Neste aspecto, o desejo é desdobrar, deslocar e redimensionar o tema. Este tema que tem uma *segunda pele*², uma terceira, uma quarta... A memória é assim, ela é constituída de múltiplas camadas de pele, múltipla experiência, múltiplos sentimentos. Neste sentido, procuro ao longo de toda a pesquisa não conceber a memória como uma narrativa coerente, feita essencialmente de continuidades e

¹NORA, P. “Les lieux de mémoire”. In: *Entre mémoire et histoire – La problématique des lieux*. Para Nora, assistimos hoje ao fim das “sociedades-memórias”, e o que evidenciamos hoje como uma revalorização retórica da memória (o *boom* da história oral, das biografias e autobiografias; a obsessão comemorativa que tomou conta de todas as sociedades contemporâneas nas últimas décadas do século XX; o acúmulo de falas de memória, o direito e o dever de memória reivindicados por inúmeros grupos sociais e políticos) esconde, na verdade, um vazio. “Fala-se tanto de memória precisamente porque ela não existe mais.” Para Nora, a memória encontra-se, assim, prisioneira da história ou encurralada nos domínios do privado e do íntimo, transformou-se em objeto e trama da história, em *memória historicizada*. É neste sentido que Pierre Nora nos fala em *lugares de memória*. Se toda memória hoje em dia é uma memória exilada que busca refúgio na história, restam-lhe, assim, os *lugares de memória* como seu grande testemunho.

²BERGSTEIN, L. “Segunda pele”. In NASCIMENTO, E. (org.) *Jacques Derrida: pensar a desconstrução*. Neste texto, a artista plástica Lena Bergstein faz alusão ao caráter afetivo da memória; a memória é associada ao processo criativo, atravessada por múltiplas costuras, peles, sentimentos, numa palavra, tessitura.

talvez, com isso, cedendo a uma ilusão retórica³. A proposta, pelo contrário, é tomar o tema da memória privilegiando seu caráter fragmentário, descontínuo e espontâneo, numa palavra, afetivo. Memória feita de sentimentos e ressentimentos, memória feita de experiências e expectativas. Que caminho tomar?

1.1 O Baú da Memória

Alice – Como eu faço para sair daqui?
Coelho – Isto depende muito de onde você quer chegar.
(Lewis Carrol – Alice no país das maravilhas)

Remexendo meu *baú da memória*, pude lembrar que o desejo (desejo que tem a sua historicidade) de trabalhar com a memória da luta armada surgiu como possibilidade de pesquisa já no período da graduação em História, na UERJ, ocasião em que realizei um trabalho sobre o filme *O que é isso, companheiro?*(1997), do cineasta Bruno Barreto. De lá para cá, o desejo amadureceu, ganhou contornos próprios e passou a ocupar um lugar importante na vida do historiador.

Vasculhando mais fundo o mesmo *baú*, encontro o livro *Versões e ficções: o seqüestro da história*⁴, de 1996. O livro é uma coletânea de artigos e depoimentos de intelectuais e ex-militantes de esquerda que sentiram a necessidade de expressar o seu ponto de vista e questionar tanto a versão autorizada pelo jornalista e ex-militante Fernando Gabeira em seu livro intitulado *O que é isso, companheiro?*, de 1979, como, e principalmente, a versão projetada na tela de cinema pelo filme homônimo de Bruno Barreto, de 1997. São versões sobre o seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick, realizado pela organização de esquerda armada Movimento Revolucionário 8 de outubro, o MR-

³ BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In FERREIRA, M. M. AMADO, J. (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Nas palavras de Bourdieu, “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como a narrativa coerente de uma seqüência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar”, p. 185. “Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra vinculação que a ligação a um ‘sujeito’ cuja única constância é o nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações”, p. 190.

⁴ *Versões e ficções: o seqüestro da história*.

8. O seqüestro ocorreu no mês de setembro do ano de 1969 e foi um marco na trajetória das esquerdas armadas durante os anos de ditadura. Os autores do livro queriam demonstrar suas discordâncias e, de modo geral, o que se lê é uma profunda crítica direcionada principalmente ao filme de Bruno Barreto que teria “banalizado” e “amenizado” a memória da luta armada no Brasil.

Os críticos que deram origem ao livro começam por apontar os erros factuais cometidos pela adaptação de Bruno Barreto, mas não é nisso que se fincam. O que atravessa os depoimentos como um todo parece ser um sentimento profundo de ultraje que não se resolveria com a correção dos erros. Ao modificar deliberadamente os acontecimentos, o filme distorceria não apenas os fatos, mas algo de mais sagrado que haveria por debaixo de todos eles, como se produzisse um entendimento distorcido daquele período, ofendendo assim a memória dos guerrilheiros ou, pelo menos, oferecendo de todos eles uma visão no mínimo injusta.

Dentre os autores do livro, dois acabaram redefinindo, motivando e lapidando aquele desejo primevo: Daniel Aarão Reis Filho (historiador e ex-militante político) e Marcelo Ridenti (sociólogo). Para além da crítica ao filme de Bruno Barreto, estes autores levantam questões inovadoras referente à historiografia da luta armada e dos anos de ditadura. As questões teóricas e metodológicas levantadas por Daniel Aarão⁵ e Marcelo Ridenti⁶ em outros trabalhos trazem consigo um debate fecundo entre memória e história; em muitos aspectos, subjaz às hipóteses defendidas por estes dois autores (algumas concordantes, outras discordantes) uma insatisfação com certa forma consagrada pela historiografia de percorrer o tema da luta armada.

Nestes termos, a problemática levantada ao longo de toda esta dissertação pode ser resumida na seguinte sentença: **a questão da memória relacionada aos (res)sentimentos, surgida em meio a uma insatisfação com certa forma consagrada de percorrer a historiografia da luta armada.** O tema deste projeto, portanto, me leva a refletir sobre três conceitos – ressentimento, história e memória – e sugere o estudo das relações tecidas entre eles. A tarefa proposta é desdobrar o elo estabelecido entre estes três conceitos em múltiplas direções: a das relações entre os afetos e o político; entre os sujeitos individuais,

⁵ REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.*

⁶ RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira.*

sua afetividade e as práticas sociais; a da construção de identidades pessoais, de grupos, de geração e de nação, identidades densamente alimentadas, cultivadas e acalentadas por cargas afetivas; a das construções intelectuais de ampla acolhida pelo público, aprisionadoras do subversivo ato de divergir.

As críticas que o filme de Bruno Barreto recebeu chamaram minha atenção para a complexidade presente na questão da memória da luta armada. Percorrendo a historiografia do tema, intrigou-me a maneira pela qual a história se assenhoreou desta *incômoda memória*⁷. Que incômoda memória é esta da qual nos fala o historiador e ex-militante Daniel Aarão Reis Filho?

Reis Filho refere-se ao fato de que a memória da ditadura civil-militar no Brasil vir sendo construída através de uma ruptura entre o passado e o presente. Segundo o autor, tal ruptura é expressa, sobretudo, numa recusa por parte daqueles que constroem esta memória em reconhecer os elos de identidade entre parcelas significativas da sociedade civil e o governo militar que tomou o poder em 1964. O *incômodo* constitutivo na construção da memória da ditadura, e, conseqüentemente, da memória da luta armada, seria expresso na existência deste hiato, desta ruptura, desta carência de sentido que estaria na base da promoção de uma memória marcada pela *conciliação*.

Para o autor, foi preciso amaldiçoar a ditadura, foi preciso construir uma memória em que ela aparecesse como objeto de desprezo, de repulsa, de escárnio. Assim, as memórias da ditadura e da luta armada foram sendo construídas em bases simplificadas, maniqueístas: de um lado a ditadura como um *corpo estranho*, sem vínculos com grupos políticos, apenas comandada pelos militares, “estúpidos”, “reacionários” e “burros”. De outro lado, a vítima - a *sociedade democrática*: as classes médias, os trabalhadores, a população humilde, a Igreja, etc. Daí Reis Filho, ele mesmo ex-militante das esquerdas armadas⁸, falar numa memória silenciada, ofendida, amenizada.

Como se fosse preciso apagar, silenciar, ou mesmo, recalcar aspectos decisivos do passado para seguir em frente. No mesmo movimento, tal

⁷ REIS FILHO, D. A. “Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil”. Especial para *Gramsci e o Brasil*, UFF, 2000. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm>.

⁸ O atual historiador da Universidade Federal Fluminense Daniel Aarão Reis Filho foi, durante os anos de ditadura, dirigente da organização de esquerda armada MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Foi o MR-8 que seqüestrou o embaixador americano Charles Elbrick em 1969, episódio retratado no filme de Bruno Barreto *O que é isso, companheiro?* Reis Filho foi preso e, em 1970, partiu para o exílio junto com outros presos políticos trocados pelo embaixador alemão.

apagamento, tal ruptura entre passado e presente, coloca na penumbra importantes aspectos, importantes escolhas e decisões de parcelas significativas da sociedade brasileira num passado recente. Assim, segundo Daniel, tal memória adquiriu uma arquitetura simplificada: “de um lado a ditadura, o reino da exceção, os chamados *anos de chumbo*. De outro lado, a nova república, regida pela Lei, a sociedade democrática”.⁹

Reis Filho destaca dois pontos fundamentais para falar da luta armada e dos anos de ditadura, pontos que, no entanto, vem sendo esquecidos, silenciados e desfigurados pela versão que se tornou hegemônica acerca deste tema complexo de nossa história recente, são eles:

1º A dificuldade em reconhecer as relações de identidade, cumplicidade e apoio de parcela significativa da população com o projeto político vitorioso em 1964.

2º A dificuldade em enfrentar a luta armada como uma opção de partes das esquerdas, assim como de explicar o isolamento para o qual a luta armada caminhou e foi derrotada.

Em recente entrevista concedida à Revista de História da Biblioteca Nacional, o autor revela:

A sociedade brasileira tem que olhar para si mesma, tem que olhar para as suas tradições autoritárias e conservadoras, que permitiram que uma ditadura fosse instalada no Brasil praticamente sem um tiro, e saísse sem, praticamente, levar uma pedrada. Você tem aí um quadro de relações complexas que precisam ser compreendidas.¹⁰

Portanto, a hipótese defendida é a de que a memória da luta armada foi sendo construída, no processo da luta pela Anistia, através de versões conciliadoras. Neste sentido, rejeita as construções que tendem a configurar as esquerdas revolucionárias como o braço armado da resistência democrática à ditadura. A própria idéia de *resistência* à ditadura é contestada pelo autor de *A revolução faltou ao encontro – os comunistas no Brasil*. Dentro destas versões conciliadoras, a luta armada seria um movimento de resistência à ditadura, movimento que procurava restabelecer a democracia violada em 64 e não um

⁹ REIS FILHO, D. A. “Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil”. Especial para *Gramsci e o Brasil*, UFF, 2000. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm>

¹⁰ Id. Entrevista concedida à Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 1, nº 3, setembro de 2005, pg. 46.

projeto político alternativo (socialista) para o Brasil. Assim houve resistência por parte de todos e o isolamento da luta armada em relação à sociedade ocorreu não porque esta não se identificava com o projeto daquela, mas porque à sociedade, submetida à força da repressão, coube resistir dentro do possível, dentro de um certo limite que não atingia as vias da luta armada.

É interessante observar que a tese de Reis Filho da existência de uma memória conciliada com a ditadura, que vem se tornando através de livros e filmes a versão hegemônica, permite pensar o tema dos ressentimentos na construção desta memória. Isto porque, vai se apostando numa memória de vítimas, numa memória em que as narrativas vão se constituindo numa fabulação maniqueísta, simplificando a complexidade do que foi a luta armada em termos de um confronto entre os bons e os malvados, ou entre algozes cruéis e vítimas inocentes: de um lado os militares, do outro a sociedade civil. Como veremos no terceiro e último capítulo, tal *memória conciliada* encontra num afeto como o ressentimento importantes meios de expressão. Os ressentimentos fazem parte de uma dura disputa pela apropriação da memória. No caso da *memória conciliada* estão entre suas causas e seus efeitos.

É causa na medida em que é expressão de uma *cultura política*¹¹, disseminada na sociedade brasileira, que aposta na recusa da memória do desagravo com vistas a não parecer ressentido diante de um mundo desenvolvido idealizado e invejado. Isso, em parte, explicaria a enorme receptividade que a *memória conciliada* teve nas últimas décadas. Em outras palavras, o ressentimento como expressão do compromisso do brasileiro em parecer, aos olhos do Primeiro Mundo, um país festivo, alegre e sem grandes conflitos sociais e políticos em sua história. Na esteira deste compromisso, o que há é uma recusa,

¹¹ O conceito de cultura política será utilizado a partir da formulação de Serge Berstein. Segundo o autor, a cultura política supre, ao mesmo tempo, uma leitura comum do passado e uma projeção no futuro vivida em conjunto. Refere-se a uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas. Neste sentido, ao falarmos de uma cultura política na sociedade brasileira, não propomos a idéia, equivocada, de que haveria uma cultura política “nacional”, mas, pelo contrário, de conceber a existência no interior da sociedade brasileira de uma pluralidade de culturas políticas, com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Nas palavras de Serge Berstein: “Se num dado momento da história, essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas”, BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In. RIOUX, J. P. SIRINELLI, J. F. (orgs). *Para uma História Cultural*, p. 354. Portanto, o termo cultura política não será utilizado como uma chave universal, o que levaria a uma explicação unívoca do processo histórico, mas como uma grelha de análise, um instrumento de leitura do político e social.

uma rejeição da memória, um abandono de qualquer projeto de reparação de injustiças passadas. O ressentimento esconde-se justamente nas formações reativas do esquecimento apressado. A *memória conciliada*, neste caso, é mais do que um esquecimento apressado, é uma forma de evitar que a ditadura seja associada às escolhas daqueles que a apoiaram e que permitiram que ela vigorasse ao longo de duas décadas. Como no ressentimento, é uma forma de se colocar sempre em posição de vítima inocente de uma injustiça passada, mesmo que para isso tenha que inventar tal posição. De qualquer forma, o que percebemos transparecer na enorme receptividade que a *memória conciliada* teve nas últimas décadas é uma recusa daqueles que apoiaram a ditadura em responsabilizar-se por suas escolhas. Como veremos ao longo de toda a dissertação, o que o ressentido não arrisca, acima de tudo, é seu narcisismo. E é isto que faz dele um *fraco*, no sentido nietzscheano da palavra.

As considerações levantadas por Daniel Aarão Reis Filho merecerão maior destaque no terceiro e último capítulo desta dissertação. Isso porque, este é o capítulo que trata do filme de Bruno Barreto, *O que é isso, companheiro?* Grande parte das críticas recebidas pelo filme encontram ressonância na tese do historiador de que a memória da ditadura vem sendo construída sob bases conciliadoras. Neste capítulo, aprofundaremos a discussão historiográfica entre autores importantes do tema no intuito de levantar questões, associações e desdobramentos entre a memória da ditadura e a memória da luta armada. Como veremos, tais vínculos encontram expressão, sobretudo, quando constatamos a existência de uma significativa produção historiográfica, cuja principal preocupação é compreender as causas da derrota das esquerdas. Neste sentido, as respostas a esta pergunta colocada por toda uma geração de historiadores, durante os anos 1980 e 1990, caracterizam-se por diferentes focos de análises. Alguns buscaram as causas da derrota no interior mesmo das esquerdas, outros priorizaram os vínculos de reciprocidade e identidade de parcelas significativas da sociedade civil e o governo militar.

Como veremos no terceiro capítulo, o filme de Bruno Barreto atuou, no plano da memória, como um elemento a mais de toda esta discussão historiográfica que vem sendo travada até os dias atuais. O filme recebeu grande parte das críticas de personalidades que integram o debate historiográfico, lançando livros e artigos sobre o tema da ditadura. Por outro lado, as questões

historiográficas levantadas no capítulo, a análise do filme e das críticas recebidas são importantes na medida em que servirão para analisarmos a questão dos ressentimentos na construção da memória da luta armada. Como e porque um afeto complexo como o ressentimento vincula-se a estas e outras questões. A mesma preocupação estará presente no segundo capítulo, quando analisaremos o filme de Lúcia Murat de 1989 – *Que bom te ver viva*. Como os ressentimentos participam da construção desta memória?

Lembrar e esquecer são atividades constitutivas de qualquer memória. A análise dos filmes propostos será feita à luz desta característica dual da memória. É através desta dualidade que os ressentimentos motivam, ou, inibem o que pode e o que não pode, o que quer e o que não quer ser lembrado/esquecido.

O que está em jogo aqui é a memória de uma experiência comum, única e traumática: a luta armada. Que destino dar a esta memória? Memória de luta, memória heróica, memória de dor, memória de exílio, memória ressentida, memória de perdão, memória de justiça, memória de verdade, memória de reconhecimento...

O objetivo desta pesquisa é analisar os dois filmes propostos, tendo como pano de fundo o caleidoscópio de sentimentos e ressentimentos que atravessam a construção da memória da luta armada. Compreender o significado do diagnóstico produzido nos anos 1980 e 1990, caracterizado pela busca das “causas da derrota” e pelo que Daniel Aarão denomina de “versões conciliadoras”.

Estabelecer o diálogo entre memória e história é outro objetivo importante desta dissertação. A análise dos filmes se fará no mesmo movimento que se abre para uma reflexão historiográfica do tema luta armada. Portanto, por trás da problemática colocada na pesquisa aparece um tema propriamente teórico, conceitual e bastante atual, pois que não deve ser esquecido: aquele que procura apreender as relações tecidas entre história e memória. Das complexas relações entre memória e história, ou melhor, das formas como a história se relaciona com a memória (lembrança e esquecimento), desdobrou-se a temática dos ressentimentos, componente importante nas ações dos homens, (in)visível e nem sempre discernível e reconhecido na construção de identidades. A aproximação de temas como memória, história e ressentimento convergem, portanto, nesta

preocupação que atravessa a pesquisa como um todo: pensar a questão dos sentimentos na política, sua percepção e, sobretudo, sua gestão.

Como resposta a esta ousada tarefa, recorro a um enfoque transdisciplinar, único recurso possível capaz de abordar temas complexos como memória, história e ressentimento. As possibilidades teóricas que surgem ao se aproximar estes três conceitos podem ser bastante reveladoras de aspectos nem sempre discerníveis e reconhecidos na construção de identidades, tanto grupais e / ou minoritárias, como nacionais.

Assim, a luta armada e a ditadura serão analisadas a partir das principais obras historiográficas sobre os temas, nomeadamente, autores como Daniel Aarão Reis Filho, Jacob Gorender e Marcelo Ridenti. O conceito de Memória será trabalhado à luz dos estudos implementados por Walter Benjamin, Maurice Halbwachs e Michael Pollak. Por último, o tema do ressentimento compreenderá uma aproximação com autores como Friedrich Nietzsche, Baruch de Espinosa e Maria Rita Kehl.

Ao longo dos anos 1980 e 1990 foram produzidos no Brasil um significativo número de filmes de ficção e documentários sobre o tema da memória da luta armada. Estes filmes inserem-se na crescente revalorização da memória, tanto na esfera individual como nas práticas sociais ou mesmo no interior da historiografia. No entanto este processo convive com um movimento inverso: muito se fala e se pratica a memória – o *boom* atual da história oral e das biografias e autobiografias é, nesse sentido, bastante expressivo -, mas pouquíssimo se reflete sobre ela.

Essa reflexão, entretanto, parece iluminar-se no âmbito da transdisciplinaridade, a partir da construção de tramas que coloquem a história em diálogo com campos do saber e da sensibilidade que também, e de formas diversas, tematizaram e problematizaram a memória.

Por último, resta justificar a opção pelo cinema como fonte de análise da pesquisa. Tal escolha deve-se a sua capacidade de instrumentalizar a pensar para além da significação, incluindo a noção de sentido. Desta forma, o cinema será compreendido como uma atividade de produção de sentido, de ligação, capaz de evocar a questão da constituição do Eu a partir da relação com o Outro. Assim, a construção da memória, a afirmação de novas subjetividades, de novas cidadanias, identidades e dos projetos políticos encontram terreno de expressão no cinema.

Neste contexto, o cinema pode ser entendido como um *lugar de memória*, representando menos uma ausência de memória ou a manifestação de uma memória historicizada (concepção que Pierre Nora faz dos lugares de memórias), mas irrupções afetivas e simbólicas da memória em seu diálogo sempre atual com a história. Nas palavras de Jacy Alves de Seixas:

É porque habitamos ainda nossa memória – tão descontínua e fragmentada quanto o são as experiências da modernidade – e não porque estejamos dela exilados que lhe consagramos lugares, cada vez mais numerosos e, frequentemente, inusitados (ao menos ao olhar sempre armado da história)..¹²

Até o ano 2000, poucos filmes foram feitos no Brasil que enfocavam o tema da luta armada. De fato, se não fosse por filmes como *Pra frente Brasil*¹³, *O bom burguês*¹⁴, *Que bom te ver viva*¹⁵, *Ação entre amigos*¹⁶, *Lamarca*¹⁷ e *O que é isso, companheiro?*¹⁸, os 21 anos de ditadura e a luta armada passariam quase em branco nas telas. A escolha de se trabalhar com os filmes *Que bom te ver viva* e *O que é isso, companheiro?* é tributária de aspectos que estão para além da tela do cinema. Isso se deu, sobretudo, na opção de análise do filme de Bruno Barreto. As críticas recebidas pelo filme de parte das esquerdas, inclusive de vários dos participantes do seqüestro do embaixador norte-americano, dão um testemunho

¹² SEIXAS, J. A. “Percurso de memórias em terras de história: problemáticas atuais”. In BRESCIANI, S. NAXARA, M. (orgs), *Memória e ressentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p. 44.

¹³ Lançado em 1983, o filme *Pra frente Brasil* teve a direção de Roberto Farias. O filme aborda o tema da tortura durante os anos de ditadura, visto pela ótica de uma família, quando um dos seus integrantes, um pacato trabalhador da classe média, é confundido com um ativista político e “desaparece”.

¹⁴ *O bom burguês* foi lançado em 1979. Dirigido pelo cineasta Oswaldo Caldeira, o filme é baseado num episódio real envolvendo um funcionário do Banco do Brasil, acusado de desviar dinheiro para financiar organizações armadas de esquerda durante a ditadura civil-militar.

¹⁵ *Que bom te ver viva* foi lançado no ano de 1989 e dirigido pela cineasta e ex-militante Lúcia Murat. O filme aborda temas como a tortura, o exílio, o ressentimento etc. A partir de depoimentos de mulheres que ingressaram em organizações de esquerdas armadas durante os anos de ditadura, o filme de Lúcia Murat mostra como sobreviveram e como encaram aqueles anos.

¹⁶ *Ação entre amigos*, dirigido por Beto Brant e lançado em 1998, é uma ficção que apresenta a seguinte trama: vinte e cinco anos após terem sido torturados pelo regime militar, quatro amigos se reúnem e partem para um ajuste de contas contra o homem que os torturou na época da ditadura.

¹⁷ O filme *Lamarca*, dirigido por Sérgio Rezende e lançado em 1994 é baseado na biografia *Lamarca: o capitão da guerrilha*, escrita por Emiliano José e Oldack Miranda, em 1980. O filme conta a história do capitão Carlos Lamarca, que deserta em finais da década de 1960 e ingressa no movimento de luta armada. A película se concentra no personagem Lamarca, enfocando trajetória como oficial do Exército brasileiro.

¹⁸ *O que é isso, companheiro?* lançado no ano de 1997 e dirigido por Bruno Barreto, o filme é uma ficção baseada no episódio real, ocorrido em setembro de 1969, de seqüestro por organizações de esquerdas armadas (MR-8 e ALN) do embaixador norte-americano Charles Elbrick. O filme é baseado no livro homônimo do jornalista e ex-militante Fernando Gabeira.

que questionam as versões conciliadoras que estão por detrás de interpretações supostamente “isentas e “desideologizadas”, como a do filme *O que é isso, companheiro?* Como veremos no decorrer desta dissertação, a análise do filme se fará à luz destas críticas. O ressentimento nasce como chave de leitura na medida em que o filme se apresenta como versão conciliadora com a ditadura. Já no filme de Lúcia Murat, o ressentimento aparece como uma importante faceta da memória da luta armada. Através dos depoimentos das ex-militantes, o filme salienta a importância da emergência do elemento da *escuta* no processo de elaboração / trabalho da memória. O ressentimento aparece vinculado a essa necessidade por parte das ex-militantes de testemunhar a experiência vivida frente a recusa da escuta.

Dentro desta perspectiva, a memória não será trabalhada apenas como uma reconstrução engajada do passado e que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais apreendem o mundo presente e reconstróem sua identidade (*memória voluntária*). Relacionar a memória com um afeto como o ressentimento implica por parte do pesquisador em considerar o caráter *involuntário*, sensível e espontâneo presente na memória. A temática do ressentimento é uma alusão, precisamente, a este traço involuntário, descontínuo e afetivo da memória da luta armada. Desta forma, ao invés de enfatizar exclusivamente a função política da memória de controle *voluntário* do passado (e, portanto, do presente), subjaz ao longo de toda a pesquisa o desejo de descobrir e explorar os (res)sentimentos que, irresistivelmente, emergem e irrompem com esta memória. Trata-se de esboçar as tonalidades emocionais e afetivas da memória da luta armada, incluindo, assim, sua faceta involuntária, sensível e muitas vezes negligenciada pela memória oficial.

A construção da memória da luta armada tem sido uma tarefa enfrentada por historiadores, cineastas, romancistas, jornalistas e cientistas sociais. Os caminhos de elucidação dessa memória parecem também constituir uma fonte inesgotável de discussões. Por mais que se escreva, há sempre muito a relatar, visto que não existe somente uma versão dos fatos a desvendar, mas uma maré de significados que percorre labirintos, veredas, caminhos descontínuos de uma interrogação sucessiva; aquela interrogação a que se refere Walter Benjamin¹⁹,

¹⁹ BENJAMIN, W. “Sobre o conceito de história” In *Obras escolhidas I - Magia e técnica, arte e política*.

quando pensa o passado como estando permanentemente re-significado pelas novas indagações postas no presente.

A dimensão lacunar da memória é explicitada nos silêncios, na dor, nas revoltas ou ressentimentos que a história não mais apaga, convocando de vez em quando o rosário das lembranças. As veredas do lembrar são, portanto, caminhos tortuosos: memória, silêncio e ressentimento (poder/querer lembrar, apenas silenciar, ou simplesmente ruminar na dor impotente de não poder/querer lembrar e/ou esquecer), categorias que integram uma mesma situação, já que silenciar e ressentir não significa necessariamente esquecer e sim esperar o tempo preciso de deixar que as lembranças possam emergir sem os constrangimentos da lembrança autorizada. Como na poesia de Chico Buarque a esperança de “descobrir, no último momento, um tempo que refaz o que desfez, que recolhe todo sentimento e bota no corpo uma outra vez”.²⁰

Aproximar memória da luta armada e ressentimentos, portanto, é uma tentativa de captar o que se passa nas subjetividades, a dimensão afetiva e descontínua das experiências humanas, o papel desempenhado pela afetividade e sensibilidade na construção da memória. Acredito que, atentar para os “destinos da memória” na atualidade é uma excelente forma de repensar os fundamentos de leitura da subjetividade. Trata-se de uma via de mão-dupla: tais destinos da memória permitem captar o que se passa nas subjetividades e, no caminho inverso, atentar para o que se passa nas subjetividades favorece a compreensão de quais destinos tem se dado à memória dos grupos e indivíduos na sociedade brasileira.

²⁰ A poesia de Chico Buarque de Hollanda expressa em sua música *Todo Sentimento*, fala de um outro tempo, um tempo utópico, um tempo talvez de *perdão incondicional*, em que a *palavra de reconciliação* vem sem redenção, sem consolo, como um dom, um acontecimento. Um tempo não do relógio, não da cronologia, mas um tempo diacrônico, um tempo certo, denso e libertador.